

UMA ESCUTA POSSÍVEL: ONDE APARECEM AS QUESTÕES LGBT+ EM UMA CLÍNICA ESCOLA?

A POSSIBLE LISTENING: THE EMERGENCE OF LGBT+ ISSUES IN A UNIVERSITY PSYCHOLOGY CLINIC

Andre Alonso Marques¹
Gustavo Angeli²
Diogo Macedo Dalcastagne³
Taila Alberton⁴
Marian Hingst Goulart⁵
Thiago Iluar Grott Januário⁶

Resumo: este artigo discute a escuta direcionada às questões de gênero, especificamente da comunidade LGBT+ na formação de acadêmicos-estagiários de psicologia. As indagações partem das vivências dos autores em clínica escola e a pesquisa se alicerça no método psicanalítico extramuros. Problematisa-se o atravessamento de discursos hegemônicos sobre gênero e sexualidades que marcam a todos os sujeitos, mas que, ainda assim, não aparecem como um tema fundamental na formação em psicologia. O conceito ferencziano de desmentido é utilizado na análise do que se entende como um silenciamento que transpassa a instituição, os pacientes e os estagiários. Discute-se a importância de uma escuta qualificada frente a essa temática no campo, portanto, de uma formação mais robusta e sensível às questões de gênero, preparando os estagiários para reconhecer essas demandas na prática clínica.

Palavras-chave: Psicanálise; questões LGBT; clínica-escola; desmentido; heteronormatividade.

Abstract: this article discusses the listening directed toward gender issues, specifically within the LGBT+ community, in the training of psychology student-interns. The reflections stem from the authors' experiences in a university-based clinic and are grounded in the extramural psychoanalytic method. The study problematizes the influence of hegemonic discourses on gender and sexuality, which affect all subjects but still remain absent as a central theme in psychology education. Ferenczi's concept of disavowal is employed to analyze what is understood as a silencing that permeates the institution, the patients, and the interns. The article highlights the importance of a qualified listening approach to these issues in the clinical field, emphasizing the need for more robust and gender-sensitive training that enables interns to recognize and respond to such demands in clinical practice.

Keywords: Psychoanalysis; LGBT issues; university-based clinic; disavowal; heteronormativity.

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina na área 2- Psicologia Social e Cultura, linha 4- Psicanálise Política e Cultura. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque. Psicólogo Clínico.

² Pós-doutor e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração Psicologia Social e Cultura e linha de pesquisa Processos de Subjetivação, Gênero e Diversidades, mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, psicólogo pela Universidade Regional de Blumenau.

³ Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque. Pós graduando em Psicologia Escolar e da Educação pelo Libiano Educacional.

⁴ Psicóloga Clínica e Educacional, graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque. Pós graduanda em Psicologia Escolar e da Educação pelo Libiano Educacional.

⁵ Pessoa não binária (ele/elu /ela). Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque, UNIFEBE. Especialização em andamento em Psicanálise e análise do contemporâneo pela PUC-RS.

⁶ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de Psicologia Social e Cultura, na linha de pesquisa em Representações Sociais. Especialização em andamento em Psicologia Analítica pelo Centro Universitário Celso Lisboa. Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque.

1 INTRODUÇÃO

A inserção do acadêmico de psicologia nos estágios clínicos é um momento fundamental para a transmissão da psicanálise, que permite elaborar uma escuta e um manejo clínico em nome próprio, com base nas experiências vivenciadas em prática clínica (Angeli, 2022). Durante esse percurso, o acadêmico-estagiário tem a oportunidade de revisitar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula e desenvolver habilidades essenciais para a atuação profissional. Através da supervisão e da prática direta com os pacientes, os estagiários podem construir um saber clínico próprio, moldado pelas singularidades de cada encontro e pela dinâmica transferencial.

Em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2011, conforme indicado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013), as universidades devem disponibilizar de um espaço que promova a formação acadêmica e prática dos futuros psicólogos e oferecer supervisão das atividades de estágio, desta forma, encontramos as Clínicas Escola. Este ambiente é projetado para proporcionar condições para o aprendizado e a atuação profissional, além de fornecer serviços psicológicos à comunidade que atendam às demandas locais e contribuir para a formação integral dos estudantes de psicologia (CFP, 2013).

Na prática clínica, não é possível saber com antecedência quais são os casos que chegam para atendimento, assim como quantas questões se entrelaçam com a queixa inicial do paciente. A graduação em psicologia abrange alguns temas gerais e suas linhas teóricas, entre tantas possibilidades que existem quando estamos falando de sujeitos e seus contextos sociais. Há aspectos que afetam direta e indiretamente a vida dos indivíduos e grupos, principalmente grupos minoritários, mas que não aparecem obrigatoriamente na graduação, portanto, fica a cargo dos professores introduzirem esses assuntos de forma voluntária ou da busca espontânea dos próprios alunos.

Questões raciais, de gênero e sexualidades, por exemplo, inevitavelmente atravessam e constituem subjetividades (Saffioti, 2019), mas apesar de serem citadas em referências técnicas e resoluções do CFP (1999, 2002, 2023) raramente aparecem como temas debatidos dentro das disciplinas acadêmicas. Portanto, se o acadêmico desconhece sobre o tema, como poderá, ao menos, escutar como essas temáticas aparecem na clínica quando o próprio paciente não as identifica como parte do seu sofrimento, de tão normalizadas e apagadas que já estão no seu entorno? Ao não ser tratada como uma queixa pelo paciente e nem escutada como uma demanda pelo estagiário, este pode não se mobilizar a se conscientizar sobre esses temas, o que perpetua o silenciamento diante de um sofrimento que não é escutado nem pelo paciente e nem pelo profissional.

Eccher, Souza e Angeli (2024) destacam que alguns psicanalistas afirmam não receber demandas relacionadas a gênero em sua prática clínica. Aqui, destacamos que gênero e sexualidade não se referem apenas a comunidade LGBTQ+, mas a qualquer pessoa, visto que

todas são atravessadas por discursos que denominam quais são as práticas e papéis de gênero e de sexualidades esperadas para cada corpo. A escuta deficitária das questões de gênero na clínica destaca a necessidade de abordar a própria hetero-cis-normatividade⁷ como parte da constituição psíquica dos sujeitos e reforça a importância de uma formação que capacite os futuros profissionais a reconhecerem e a lidar com essas questões em seus pacientes, assim como as especificidades da população LGBTQ+, de maneira sensível e eficaz.

Esta produção, especificamente, problematiza as questões de gênero na formação de acadêmicos-estagiários de psicologia, alicerçado na pesquisa com método psicanalítico a partir do conceito de psicanálise extramuros. Utiliza-se de um referencial teórico que sustenta conceitos que dialogam com a temática sob a perspectiva psicanalítica. O conceito freudiano de desmentido é utilizado na análise e discussão do que se refere como o silenciamento dos temas gênero e sexualidade na formação de acadêmicos-estagiários em psicologia, assim como na pouca procura e ocupação da comunidade LGBTQ+ nas clínicas escola.

As poucas reflexões e debates sobre o tema apontam uma negligência de como os temas sobre gênero e sexualidade podem aparecer enquanto demandas dos pacientes que procuram atendimento na clínica escola, apesar de serem aspectos fundamentais que atravessam a vida de todos os sujeitos. Essa lacuna na formação e nas práticas clínicas levam ao questionamento sobre a adequação do que é aprendido pelos estagiários em relação às demandas da clínica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos tópicos seguintes, serão delineados a evolução e o panorama da psicologia no Brasil, seguido do papel da Clínica-Escola e do estágio em psicologia. Também serão discutidos os conceitos de violência e o desmentido e suas implicações psicológicas e sociais. Ademais, serão abordadas as questões de gênero e sexualidade, com destaque as suas definições, relevância e impacto no contexto da saúde mental. Esta construção visa sustentar teoricamente o panorama contemporâneo e as discussões daquilo que a experiência acadêmica proporciona ao repensar e formar a prática profissional do acadêmico-estagiário em sua integração teórico-prática.

2.1 A CLÍNICA-ESCOLA E O ESTÁGIO EM PSICOLOGIA

No Brasil a prática da psicologia é integrada ao longo do curso, no qual a presença de clínicas-escola e estágios é obrigatória como parte da formação acadêmica. Recentemente, as reformas curriculares têm mostrado uma tendência de antecipar essa prática, o que permite que ocorra durante todo o período acadêmico (Kessler, 2009).

⁷ Enquadre de todas as relações com base em práticas e desejos que seguem um modelo binário (homem ou mulher cisgênero) e heterossexual (Souza, 2013).

Estas reformas curriculares, de acordo com o Artigo 25 da Lei nº 11.788/2008, apontam que as universidades que ofertam cursos de Psicologia devem implementar Serviços de Psicologia. Essas unidades são essenciais para atender às exigências da formação acadêmica, o que harmoniza com as competências estabelecidas pelo curso e com as necessidades da comunidade (Brasil, 2008; CFP, 2013). A clínica-escola, nesse sentido, visa não apenas proporcionar aos estudantes a aplicação prática de seus conhecimentos, mas também desempenha um papel social crucial, de forma a oferecer atendimento psicológico à população carente, muitas vezes sem acesso a esses serviços (Amaral *et al.*, 2012).

Assim sendo, o paciente que vai até a clínica escola para ser atendido, encontra no *setting*⁸ analítico uma escuta singular, um momento em que pode falar sobre sua história, angústias e desejos e desdobrar efeitos psíquicos em sua própria vida. À medida que o paciente pode se dar conta de suas repetições, pode também recordar algumas marcas de sua história, para assim elaborar questões que trazem sofrimento, como preconiza Freud (1914; 2010).

Portanto, a clínica-escola desempenha um papel fundamental na formação dos futuros psicólogos e na prestação de serviços à comunidade. Ela oferece aos estudantes a oportunidade de aplicar a teoria na prática ao engajar-se diretamente no atendimento clínico e no cuidado da população. Essa experiência prática não apenas complementa a transmissão obtida em sala de aula e momentos de supervisão, mas também facilita o desenvolvimento de habilidades essenciais, como a escuta qualificada do sofrimento psíquico. Ao mesmo tempo, tanto os acadêmicos quanto a comunidade se beneficiam dessa interação, com uma dinâmica de aprendizado para os estagiários e proporcionando à comunidade acesso a serviços psicológicos de qualidade (Angeli, 2022).

No tocante ao ensino e transmissão da psicanálise, os próprios psicanalistas problematizam o uso destes conceitos ao destacar a diferença fundamental entre ambos. Enquanto o aprendizado envolve métodos sistemáticos de ensino focados na aquisição de conhecimentos teóricos e práticos, a transmissão psicanalítica, conforme Angeli (2022), não se dá apenas pela instrução formal, mas através da vivência clínica e da interação entre paciente, acadêmico-estagiário e supervisor. Nesse contexto, a transmissão envolve um processo dinâmico, que mobiliza o desejo e construção de um saber singular que emerge desta prática clínica e as ressonâncias do inconsciente. Logo, a transmissão psicanalítica é uma experiência que transcende o ensino convencional, pois promove a produção de um saber em nome próprio que se forma e se transforma na interação imprevisível do encontro clínico.

É um campo que tem como objetivo aprimorar o manejo clínico dos acadêmicos e possibilitar uma construção de escuta própria, assim como de interpretação e condução

⁸ Setting analítico trata-se de um conjunto de processos que constroem a cena do tratamento em psicanálise, como o tempo de sessão, o espaço físico e as disposições dos móveis, e o acordo entre paciente e analista.

diante da singularidade de cada dinâmica transferencial. Para concretizar essas finalidades na prática, os autores percebem a importância de uma supervisão que facilite o desenvolvimento profissional, com estratégias didáticas que promovam não apenas a compreensão teórica e técnica, mas também uma conduta clínica de qualidade por parte dos alunos (Barreto e Barletta, 2010).

Embora o curso de Psicologia não seja exclusivamente voltado para a formação de psicanalistas, os alunos interessados podem utilizar esse espaço para sua formação específica (Pereira; Kessler, 2016). Assim, o estágio visa permitir que os alunos, em colaboração com seus orientadores, construam um estilo e manejo clínico únicos. A experiência no estágio dentro da clínica-escola encoraja os alunos a questionarem e refletir sobre sua trajetória como futuros analistas e as temáticas de um caso clínico e de sua atuação enquanto acadêmico-estagiário (Angeli, 2022).

2.2 O FUNDAMENTAL DA ESCUTA EM PSICANÁLISE

Para que se inicie o tratamento em psicanálise, é necessário que seja estabelecida a transferência. O conceito de transferência está intrinsecamente articulado com o conceito de inconsciente freudiano, o que o diferencia de uma construção de vínculo. A relação transferencial em análise é a reprodução de narrativas das marcas que são revividas de modo a ser transferida para a pessoa do analista, portanto, é quando há uma relação que mobiliza o inconsciente do paciente, enquanto o vínculo é uma relação que não necessariamente evoca marcas inconscientes, assim pode se existir vínculo sem que haja algum tipo de conteúdo inconsciente (Minerbo, 2016).

Em seu texto *A dinâmica da transferência*, Freud (1912; 2010) demarca que todos temos uma forma de viver a vida amorosa, e para tal, temos condições que estabelecem essas relações, a maneira como vão se dar as relações e o que vai nos satisfazer. Isso resulta em marcas que serão repetidas ao longo da vida. A transferência busca repetir as marcas presentes da história do sujeito, logo, acontece quando algo do inconsciente do paciente se transfere para a figura do analista. Pode-se ocorrer duas formas de transferência, a positiva e a negativa. Da transferência positiva emergem sentimentos amigáveis e ternura da relação, enquanto da negativa nota-se ódio, rancor e implicância. Da relação transferencial pode aparecer a resistência que consiste, por exemplo, no ato do paciente se atrasar, não deixar o analista falar ou contrapor em demasia as questões apontadas pelo analista. Todavia, onde há resistência, há transferência. Ou seja, só há resistência porque algo da transferência emergiu no paciente. Dessa forma, sentimentos muito ambivalentes, seja amor pelo analista ou muito ódio, por exemplo, são formas de colocar a transferência a serviço da resistência.

A relação transferencial é uma importante modalidade de escuta clínica. Laplanche e Pontalis (1991, p. 103) definem que a “comunicação autenticamente psicanalítica” se dá

pela “ressonância de inconsciente para inconsciente”, assim como para Minerbo (2016), de forma que a escuta e interpretação do analista acontece mediante aquilo que ele é levado na relação transferencial com o paciente, ou seja, ainda que se perceba em uma cena, não incorpora esse lugar, para que a cena traumática não se repita e possa ser construído um novo sentido na relação analítica.

A escuta analítica é base fundamental para a clínica em psicanálise. Minerbo a define como uma escuta criativa em que está implícita uma atividade silenciosa de interpretação do que está sendo dito, daquilo que se expressa por meio de várias linguagens. Assim como a escuta musical ou poética ou a escuta do médico através do estetoscópio, é necessário que haja uma interpretação do que se ouve para ter uma ideia do que se passa no coração, por exemplo.

A associação livre e a atenção flutuante são outros dois princípios da escuta psicanalítica utilizados em análise. A partir da regra da associação livre, o paciente fala o que lhe vem ao pensamento, sem que haja necessariamente uma sugestão do analista ou uma lógica contextual. Este método é utilizado para escuta e interpretação dos conteúdos inconscientes do paciente. O analista se vale da atenção flutuante, que consiste em escutar as trilhas associativas do paciente, sem se deter detalhadamente em apenas uma situação (Minerbo, 2016).

É essa especificidade da escuta em psicanálise, a escuta individual vivida e transmitida na própria análise, na formação e na supervisão, que a diferencia das outras formas de psicoterapia. “A ideia é dar atenção às dimensões inconscientes do psiquismo a partir do que se manifesta” (Figueiredo, 2014, p. 124), para assim se atentar às lacunas de sua narrativa, as irregularidades, os fragmentos e o caminho associativo do paciente, e então destacar ou grifar para o paciente essa lacuna de modo a apontar repetições e/ou conteúdos inconscientes presentes em sua associação.

A psicanálise foge da proposta da razão único caminho para o conhecimento de si. A partir do inconsciente que se possibilita a contradição e a dúvida, assim como as elaborações subjetivas como forma de tomar parte de si e do mundo, indo além de uma noção de verdade, em acordo com o que ressalta Angeli (2022, p. 91), “abrir mão do cálculo é se permitir habitar e criar um universo de outras possibilidades em que a razão não é soberana em relação aos movimentos da vida”.

O acadêmico-estagiário, no contexto da clínica escola, precisa também lidar com as suas incertezas de um processo analítico. Cada paciente estabelece uma transferência que consistirá em uma relação singular e que se entrelaça em aspectos do seu próprio inconsciente. Essa transferência inicia antes mesmo do paciente conhecer quem o atende, transcorrendo também a própria instituição. Não há, na teoria, guias orientativos para cada situação que pode surgir no decorrer das sessões. É pela costura que se faz da teoria com a sua escuta pessoal que surgem as interpretações e escolhas do profissional. Nesse sentido,

a angústia do não-saber do paciente também se liga a do próprio analista ou, nesse caso, estagiário, e é na atitude de ambos em topar vivenciar esse encontro que se constrói um lugar próprio de escuta e análise (Angeli, 2022).

Ao utilizar a associação livre e a atenção flutuante, se permite construir uma escuta da angústia de quem participa da relação transferencial e elaborar novas formas de produzir sentido, rompendo ciclos de repetição que causam sofrimento. Ao mesmo tempo em que há um fundamento na teoria enquanto método, há um abster-se do saber *a priori* dos pacientes, para que estes possam se dar conta e produzir saberes sobre si mesmos.

2.3 AS QUESTÕES LGBT+ E A PSICANÁLISE

A população LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e outras possíveis identidades) no Brasil é composta por histórias plurais, portanto, não é possível categorizar uma única história das pessoas ou do movimento LGBT+. Geralmente os atos de resistência e embates localizados são tomados como ponto de partida da história LGBT+, pois é na resistência que se materializam as emergências individuais antes de um ativismo organizado em coletivos. Contudo, há nos registros históricos diversas pessoas que desafiam as normas estabelecidas dentro do campo do gênero e da sexualidade vivendo uma dissidência (Quinalha, 2022). Ou seja, existem pessoas que performam suas sexualidades diferentes da norma hegemônica heteronormativa desde que se há registros na humanidade. Desta forma, neste manuscrito opta-se por contextualizar o movimento LGBT+ como uma organização coletiva que busca agrupar identidades de gênero, orientações sexuais e identificações plurais de modo afirmativo político.

Antes de desenvolver-se a sigla LGBT+ como símbolo de luta, identificação e resistência, houve a criação do termo homossexualismo, oriundo do discurso médico científico. O desvio à norma era enquadrado como crime desde o Código Penal do Império no Brasil (Trevisan, 2018). No século XIX, com a ascensão da psiquiatria, o homossexualismo perde o estatuto de pederastia para ser identificado como doença mental assim como outros desvios na norma (Trevisan, 2018). Além disso, a identificação com um gênero diferente do que foi designado socialmente - denominada patologicamente como disforia - continua sendo classificada como transtorno no DSM-V (APA, 2014). Tais termos identificam, categorizam e excluem pessoas dentro do saber do campo da medicina e da psicologia.

Assim, o saber jurídico e médico científico corrobora para a naturalização da cisgeneridade e da heteronormatividade como a única matriz normal de identificação. A matriz de inteligibilidade, conceituada por Judith Butler (2021), é definida como a forma pela qual as sexualidades e as identidades de gênero são reconhecidas e organizadas a partir de um corpo sexuado que determina uma fixidez. Qualquer sujeito que não corresponda a coerência de corpo sexuado gênero-desejo e prática sexual está inteligível a

esta matriz (Stona, 2021). Essa concepção de que todo sujeito que não opera dentro da matriz está fora da norma é justificada, muitas vezes, com discursos médicos e jurídicos, o que endossa práticas problemáticas dentro da psicologia.

Ao se pensar que até o ano de 1980 não era permitida a formação de psicanalistas declaradamente homossexuais, pode-se problematizar a escuta dos analistas quanto às questões da pluralidade de gênero. Após a queda dessa proibição, ou seja, com a inserção de homossexuais e de outras identidades de gênero e sexualidades diversas fazendo formação em psicanálise, juntamente aos movimentos feministas e as teorias *queer*, há um maior questionamento interno a partir da teoria psicanalítica e por conseguinte da escuta clínica, que caminha para uma escuta menos patologizante e normativa (Stona, 2020).

A teoria psicanalítica se organiza para além de uma lógica racional, o que permite constantes (re)traduções dos conceitos que a fundamentam pela escuta das vivências subjetivas e seus contextos sociais e políticos (Eccher; Souza; Angeli, 2024). Entretanto, apesar de uma posição revolucionária em sua teoria, a adesão cultural ainda pode apresentar um discurso conservador em relação às teorias de gênero (Ambra, 2021). Nesse sentido é que se pergunta: quem escuta sobre gênero e sexualidades na clínica psicanalítica e, principalmente, quem escuta as demandas específicas da comunidade LGBTQ+?

A inserção de pessoas com identidades e sexualidades plurais no campo de atuação e pesquisa psicanalíticas abre possibilidades de produções teóricas que questionam a leitura hetero-cis-normativa das vivências sociais e subjetivas. O psicanalista e pesquisador Tammy Ayouch (2015) discute sobre a potência da construção de saberes subversivos, ou seja, em que não se parte de um saber hegemônico a definir os gêneros e sexualidades, mas sim as vivências dissidentes que passam a questionar as teorias existentes. Trata-se trabalhar a psicanálise pelo seu exterior, no sentido de interrogar a fixidez da teoria, se opondo a clínica fechada e isolada. Para Blestcher (2019 *apud* Drehmer; Falcão, 2019, p. 65), “não é mais importante a questão sobre o que os psicanalistas têm a dizer a respeito das dissidências sexuais, mas o que as dissidências sexuais dizem aos psicanalistas”.

Angeli e Barros (2020) destacam a importância de uma releitura da teoria que visa a despatologização e desconstrução de preconceitos dentro da própria psicanálise tendo em vista uma travessia do silenciamento de dentro do movimento psicanalítico em relação a inquietação que os estudos de gênero provocam, de modo a demarcar possibilidades, fronteiras e possíveis atravessamentos entre o íntimo e o estranho que estes estudos suscitam em nós e na teoria. É neste sentido que cabe pensar a escuta psicanalítica em relação às questões de gênero e aos marcadores sociais LGBTQ+. Dialogar com a psicanálise a partir destes saberes e vivências inclui debater e problematizar a escuta psicanalítica dentro de uma clínica-escola, por se tratar de uma parte fundante da formação em psicologia.

2.4 O CONCEITO FERENCZIANO DE DESMENTIDO

Os estudos desenvolvidos por Sándor Ferenczi partem do resgate da teoria do trauma desenvolvida por Freud, que adota uma percepção distinta do precursor da psicanálise ao debruçar-se sobre o que pode ser entendido como traumático. Diferentemente de Freud, para Ferenczi o traumático não diz respeito apenas a um evento, mas está relacionado ao desmentido da vivência deste trauma. Por desmentido, entende-se a negação ou desvalorização de uma experiência traumática pelo ambiente circundante, invalidando não apenas a narrativa do evento, mas também os sentimentos e vivências associadas a ele (Gondar, 2012). Ferenczi discorre o desmentido a partir de vivências traumáticas que ocorrem na infância com a criança, que ainda não consegue elaborar tal ocorrido. Ao recorrer à figura de um adulto para contar sobre a situação traumática vivida e não elaborada, o desmentido surge quando estes adultos afirmam que tal situação não aconteceu e menosprezam o ocorrido (Ferenczi, 1992).

Para a conceituação de desmentido enfatiza-se que o trauma ocorre em dois momentos: no evento traumático e posteriormente no desmentido. A experiência de sedução torna-se ainda mais traumática para a criança quando, para além da violência vivida no trauma, os adultos que são reconhecidos pela criança como protetores não acolhem a narrativa contada por ela deste trauma. Estes adultos ocupam uma posição em que a criança deposita sua confiança em decorrência de sua experiência. Ao ser desqualificada por este adulto, que goza de uma posição de prestígio sobre a criança, ocorre uma identificação da criança com o agressor, que toma para si a responsabilidade pela experiência sexual. É neste desmentido dos adultos frente a vivência real da criança que a situação irá adquirir um contorno traumático e desestruturante para o sujeito no pensamento ferencziano (Favero; Rudge, 2009).

Através da relação estabelecida com o trauma, Ferenczi situa o desmentido no *setting* analítico e provoca indagações acerca do lugar ocupado pelo analista na relação transferencial. O desmentir uma experiência implica uma relação de poder em que a criança está dependente e vulnerável diante de um adulto, a quem recorre para que possa simbolizar o traumático. Ao nos referirmos a população LGBTQ+, falamos de um público vulnerável, não pela sua identidade de gênero ou sexualidade, mas pelas violências a que estes sujeitos estão submetidos devido a sua experiência dissidente (Hoppe, 2023).

O analista deve estar atento para não ocupar a posição deste adulto que, na relação com a criança, não escuta e nem valida sua narrativa frente ao traumático, portanto, a (re)traumatiza. Na relação transferencial, há a Minierbo possibilidade do rompimento dessa relação de poder quando o analista não se coloca no lugar de quem sabe sobre o paciente, mas escuta e valida a sua subjetividade, de forma a abrir possibilidades de serem traçados novos caminhos e novos sentidos para as questões que o atravessam. (Favero; Rudge, 2009; Hoppe, 2023).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O MÉTODO PSICANALÍTICO DE PESQUISA

Este estudo problematiza as questões de gênero na formação acadêmica de psicologia, alicerçado na pesquisa com método psicanalítico a partir do conceito de psicanálise extramuros, que considera o sujeito intrínseco às questões sociais e não apenas de seu tratamento clínico (Rosa, 2010). É importante ressaltar que a pesquisa com o método psicanalítico é distinta da pesquisa em psicanálise. Enquanto a pesquisa em psicanálise pode ser realizada por diversos estudiosos através de estudos sistemáticos, revisões de literatura, estudos históricos ou reflexões epistemológicas, o método psicanalítico utiliza os conceitos da psicanálise como ferramentas para investigar ou compreender questões e fenômenos sociais (Figueiredo; Minerbo, 2006).

A pesquisa, a partir do método psicanalítico, tem como premissa o conceito de inconsciente freudiano, a associação livre, a transferência e a atenção flutuante do pesquisador para com o objeto pesquisado. Dessa forma, uma vez que se estabelece uma relação transferencial com o objeto de pesquisa, transforma-se não somente o objeto pesquisado, mas também o sujeito da pesquisa (Costa; Poli, 2006). Ou seja, a pesquisa com o método psicanalítico, através de sua prática, tem como efeito uma transformação de ambas as partes. Neste método de pesquisa os autores (Figueiredo; Minerbo, 2006, p. 260) sustentam que “a entrega do pesquisador ao objeto, o deixar-se fazer por ele e em contrapartida construí-lo à medida que avançam suas elaborações e descobertas, faz dessa pesquisa um momento na história de uma relação”. Desse modo, à medida que a pesquisa se desenvolve, avançam os desdobramentos e por conseguinte as elaborações.

Neste sentido, sustenta-se o lugar da universidade para produção de conhecimento a partir da prática, que pode se constituir um terreno fértil de debates e problematizações conceituais, sociais e teóricas. As vivências dos autores enquanto estagiários na Clínica Escola e Serviços em Psicologia (CESP), do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE), fundam questionamentos no que se refere ao silenciamento das questões de gênero na formação de acadêmicos-estagiários em psicologia. Silenciamento esse que aparece tanto na procura dos pacientes, no sentido da pouca ocupação de pessoas LGBTQ+ desses espaços, assim como da dificuldade de pacientes identificarem seus sofrimentos como relacionados a questões de gênero e sexualidades, mas que aparece também na dificuldade dos estagiários de escutarem tais demandas e da instituição em promover formações e ações específicas que levam em conta os sofrimentos provocados por uma sociedade estruturada na heterocis-normatividade.

Para esta discussão, utilizamos o conceito de gênero de forma ampla, que constitui a todas as pessoas, mas nos destinamos a enfatizar a escuta da população LGBTQ+ devido a esta constituir uma comunidade discriminada e, portanto, com o seu sofrimento negligenciado historicamente. A pesquisa utiliza o conceito ferencziano de desmentido

(Ferenczi, 1992) para análise e discussão da procura e escuta deficitárias com relação às questões de gênero na clínica escola.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES

4.1 AS QUESTÕES DE GÊNERO PODEM SER ESCUTADAS EM UMA CLÍNICA-ESCOLA?

Ao se referir às questões de gênero, quer dizer não somente os marcadores sociais LGBTQ+, mas também as questões em que o gênero aparece em algum momento, a partir da relação transferencial entre paciente e acadêmico-estagiário. Dessa forma, a partir da inquietação de onde aparecem essas temáticas em uma clínica escola, se propõe problematizar se é possível uma escuta de gênero e sexualidade dentro da universidade na formação e na clínica escola, portanto, se estas são discussões que ocupam algum espaço dentro da universidade e dos estágios.

Cabe pensar, o que pode suscitar em um acadêmico estagiário da clínica escola escutar sobre um sofrimento que ele pode desconhecer, como o caso das pessoas LGBTQ+, o que perpassa pela escuta da hegemonia heterossexual e cisgênero que atravessa a todas as pessoas, sejam elas correspondentes a essa norma ou não. A partir da premissa do inconsciente, algo pode reverberar em si a ponto de não escutar essa problemática e, não sendo escutado, por exemplo, um sofrimento psíquico por conta da orientação sexual, não se pode oferecer um lugar de acolhimento e de simbolização para esse sujeito.

Neste sentido, quando não há um reconhecimento do sofrimento psíquico oriundo da relação desigual entre a hetero-cis-normatividade e tudo aquilo que está fora dessa lógica, cabe questionar se há um desmentido das questões de gênero na clínica escola. No mito ferencziano, a criança tem sua experiência traumática desacreditada por um adulto que não teve condições de escutá-la e, ao negar, o adulto mais do que recusa, ele afirma que não existiu. Ao rechaçar a experiência narrada pela criança, o adulto desmente não somente o que ela diz, mas tudo o que a criança sente, vive e experiencia, ou seja, o próprio reconhecimento de si (Canavêz; Verztman, 2021). Portanto, quando um paciente narra de alguma forma seu sofrimento oriundo de sua orientação sexual ou identidade de gênero e o acadêmico estagiário não é capaz de escutar a especificidade de seu sofrimento, há um desmentido, não pelo fato de um jogo perverso de quem escuta (ou não escuta, neste caso) mas sim pela impossibilidade de escutar. A confusão de línguas se dá pela incompreensão de quem escuta e de quem fala.

Por se tratar de uma clínica escola, torna-se importante escutar, portanto, a maneira com que as questões de gênero são transmitidas nas formações de psicologia e psicanálise. Os desdobramentos possíveis dessa escuta, para além das questões da relação transferencial entre estagiário e paciente, podem começar a contornar uma problematização profunda da psicanálise: sua aproximação e sua relação com as questões de gênero.

O termo “gênero”, já bastante difundido atualmente, é entendido como uma categoria analítica clínica desde sua pré-história e é apropriado pelos estudos feministas para marcar a diferença sexual e a relação de poder atrelada a essa diferença, que marca a todos os sujeitos, inclusive aqueles que estão na posição de privilégio nessa relação de poder. Contudo, alguns psicanalistas, ao serem convidados para participar de uma pesquisa de mestrado onde responderam sobre as questões de gênero e a psicanálise, afirmam não receberem em suas clínicas essa demanda (Eccher; Souza; Angeli, 2024). Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (Benevides, 2023), o Brasil está no ranking dos países em que a violência às pessoas LGBTQ+ cresce exponencialmente ano após ano. A vista disso, a pergunta que se desdobra a seguir é: onde estão as pessoas LGBTQ+ que sofrem violências de todas as ordens? Como encontram recursos para lidar com a vulnerabilidade social e psicológica?

Escutar o desmentido em uma clínica escola, faz pensar na formação desses futuros psicólogos e a importância da inclusão dessas temáticas na formação em psicologia como algo que constitui todos os sujeitos, portanto, que aparece tanto naquele que desvia da norma quanto em quem se mantém nela, muitas vezes, a um alto custo psíquico. A falha na escuta do que se refere ao sexual pode se dar pelo recalçamento do estagiário diante do discurso hegemônico, em que este não se considera portador de um gênero e uma sexualidade que foram constituídos a partir da premissa normativa e, portanto, nunca se questionou sobre e nem considera uma questão que pode surgir com seus pacientes.

Deslegitimar o sofrimento do paciente ou escutá-lo sob uma perspectiva homogeneizante, em que se desconsidera as necessidades específicas de grupos minoritários, é desconsiderá-lo enquanto sujeito em sua singularidade, restando a patologização da sua existência. Assim como a vulnerabilidade da criança só se dá na relação com um outro, a vulnerabilidade de um grupo com relação a outro acontece pelas relações de poder existentes na sociedade. O desmentido se repete na relação do analisando e analista quando há uma nova desvalidação da sua condição enquanto um sujeito que está em sofrimento (Hoppe, 2023).

A falta de entendimento diante do tema pode ser justificada pela neutralidade do analista, como se a teoria em si bastasse e repensá-la diante de demandas sociais e políticas fosse comprometer essa posição neutra. Pelo contrário, reconhecer a subjetividade e o lugar social do analista e do analisando abre espaço para que se compreenda que existem pontos que a vivência não alcança e nem a teoria, mas que advém do saber do paciente, da sua história singular, plural e diversa, ou seja, reconhecer a posição em que se situa o analista e sua escuta o aproxima ao invés de o distanciar da objetividade. Conforme afirma Martins (2022, p. 249) ao se apropriar do conceito de psicanálise híbrida de Tammy Ayouch: "Essa psicanálise hibridada não teme as transformações sociais nem com elas coincide, e, assim, pode ser capaz de escutá-las".

Ayouch atribui a hibridez enquanto uma relação transferencial que não se pauta pela construção de saberes do analista sobre o analisando, mas um espaço de transformação que ocorre em ambos, a partir do encontro entre essas duas pessoas, em que se cria algo. É abrir um espaço para coexistir com o diferente e o contraditório e guiar a escuta a partir desse espaço único que advém do encontro transferencial. Há uma teoria, mas há também um sujeito singular e um outro que o escuta. É esse espaço "entre" o analista e o analisando que surge na relação transferencial que possibilita o acolhimento e a elaboração de um percurso único com cada paciente (Martins, 2022).

Ao mesmo tempo que a teoria conduz a escuta em análise, a experiência clínica deve fomentar discussões acerca da própria teoria, para que o fazer do analista não se torne uma adaptação do analisando a moldes estabelecidos por um olhar hegemônico para as questões de gênero e sexualidade, que circunda a própria psicanálise. Contudo, indagar a teoria implica em questionar o próprio saber e se deslocar da posição daquele possui um saber para o transformar em um fazer relacional entre teoria, analista e paciente (Drehmer; Falcão, 2019).

A análise desses fenômenos no ambiente da clínica escola sugere a necessidade de uma abordagem mais sensível e inclusiva na formação de futuros psicólogos. Isso envolve reconhecer e enfrentar os desafios impostos pela heteronormatividade na prática clínica, de forma a promover uma escuta atenta e respeitosa às experiências diversas dos pacientes. Ao investigar como o conceito de desmentido se manifesta dentro dessa estrutura educacional, este estudo contribui para a reflexão crítica sobre as práticas psicológicas e a importância de integrar uma perspectiva de gênero mais ampla no currículo acadêmico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões contemporâneas acerca da psicanálise e suas relações com questões de gênero e sexualidade, revela-se a importância de uma psicanálise subversiva para que se possa acolher as vivências dissidentes. Assim como na história da construção da psicanálise, a teoria se (re)faz pela escuta das singularidades, é necessário escutar o que dizem as vivências que rompem categorias normalizantes, tanto aquelas que chegam até nós quanto aquelas que não chegam, mas que anunciam a sua existência por meio de movimentações sociais ou, ainda, que só nos chegam pelos noticiários e índices de violências e homicídios que marcam determinados grupos. Segundo Preciado (2022), ao escutar esses silenciamentos nas instituições, se percebe a necessidade de um debate que transcenda as convenções tradicionais, abrindo espaço para a problematização dessas questões de dentro para fora.

Conforme Eccher, Souza e Angeli (2025), para que haja um espaço de acolhimento e percurso de análise das demandas emergentes relacionadas a gênero e sexualidade, é fundamental à psicanálise desconstruir a heteronormatividade enraizada em suas práticas e

teorias. A insistência em uma visão heteronormativa como padrão pode levar à exclusão ou patologização de experiências LGBT+, quando na verdade, todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, são atravessadas por questões de gênero. Essa percepção distorcida reflete uma falta de escuta qualificada, que pode resultar na ausência de reconhecimento dessas demandas na prática clínica.

Portanto, conclui-se que na formação de futuros psicólogos, é necessário ter um posicionamento robusto e abrangente, que os capacitem a escutar estas questões de maneira inclusiva e eficaz. A incorporação de uma abordagem profissional que contemple as diversidades de gênero e sexualidade na formação dos profissionais não só enriquece seu desenvolvimento acadêmico, mas também amplia a capacidade em oferecer um atendimento inclusivo e acolhedor, o que garante que seus profissionais estejam preparados para trabalhar com às demandas emergentes com competência e sensibilidade, assim, pode-se promover uma prática clínica ética e sem dicotomizar ou heteronormativizar as questões de gênero em suas escutas.

REFERÊNCIAS

AMBRA, Pedro; BEER, Paulo. Perguntas que importam: o gênero e as fronteiras teóricas da psicanálise. *psicanálise. Recherches en psychanalyse*, v. 32, p. 105- 125, 2021.

AMARAL, A. E. V.; LUCA, L.; RODRIGUES, T. C.; LEITE, C. A.; LOPES, F. L.; SILVA, M. A. Serviços de psicologia em clínicas-escola: revisão de literatura. *Bol. psicol*, São Paulo, v. 62, n. 136, p. 37-52, jun. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0006-59432012000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 25 mar. 2024.

ANGELI, G. **Supervisão e Escuta Psicanalítica na Clínica-Escola: Experiência Clínica de Acadêmicos-Estagiários**. Tese de Doutorado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://pergamum.ufsc.br/acervo/380238>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ANGELI, Gustavo; BARROS, Vinicius da Rocha. “Psicanálise e Gênero: tão íntimo, tão estranho”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e67688, 2020.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AYOUCHE, Thamy Claude. **Psicanálise e homossexualidades: teoria, clínica, biopolítica**. Curitiba: Editora CRV, 2015

BARRETO, M. C.; BARLETTA, J. B. A supervisão de estágio em psicologia clínica sob as óticas do supervisor e do supervisionando. *Cadernos de Graduação, Ciências Biológicas e da Saúde*, v. 12, n. 12, p. 155- 171, 2010. Disponível em: <https://acesse.dev/pniOx>. Acesso em: 15 maio 2024.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transsexuais brasileiras em 2023**. Brasília: Distrito drag, 2023. 125 p.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da

União, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em: 17 de mar. de 2024.

BROIDE, Jorge. A clínica psicanalítica na cidade: a clínica psicanalítica nos espaços públicos: breves considerações históricas. In: BROIDE, Emília; KATZ, Ilana (orgs.). **Psicanálise nos espaços públicos**. São Paulo: IP/USP, 143p, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CANAVÊZ, Fernanda; VERZTMAN, Julio Sergio. Somos capazes de escutar os desmentidos sociais? Ayyu: **Revista de Psicologia**, v. 8, p. 1-2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ayyu/article/view/47544>. Acesso em: 2 jun. 2024.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE [UNIFEBE]. Conselho Universitário [CONSUNI]. **Resolução nº 25/2022, de 30 de março de 2022**. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Psicologia. Brusque: Conselho Universitário, 2022. Disponível em: <https://www.unifebe.edu.br/site/wp-content/uploads/consuni252022-i.pdf>. Acesso em: 17 de mar. de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. (2013). **Carta de serviços sobre estágios e serviços-escola**. Brasília: CFP. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/carta-de-servicos-sobre-estagios-e-servicos-escola/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 018/2002**: estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: 13 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 001/1999**: estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+** [recurso eletrônico]. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2023. Dados eletrônicos (pdf). Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

COSTA, Ana; POLI, Maria Cristina. Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. **Pulsional**, São Paulo, ano XIX, n. 188, p. 14-21, dez. 2006.

DREHMER, Luciana Balestrin Redivo; FALCÃO, Carolina Neumann de Barros. Para Além da Concepção Binária Cis-heteronormativa: a Psicanálise Interrogada pelas Diversidades Sexuais e de Gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, p. e228536, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228536>. Acesso em 30 jul 2024.

ECCHER, Pedro Valentim; SOUZA, Mériti de; ANGELI, Gustavo. Psicanalista tem gênero? As reverberações das sexualidades e dos gêneros na prática e clínica psicanalítica. **Cadernos de Psicanálise**, (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 47 n. 52, p. 181-202, jan./jun. 2025.

FAVERO, Ana Beatriz; RUDGE, Ana Maria. Trauma e Desmentido. **Psychologica**, n. 50, p. 169-180, 2009.

FERENCZI, Sándor. **Análises de crianças com adultos**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 69-83. Publicado originalmente em 1931.

FIGUEIREDO, Luís Claudio. Escutas em análise/ Escutas poéticas. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 123-137, set. 2014.

FIGUEIREDO, Luís Claudio; MINERBO, Marion. Pesquisa em Psicanálise: Algumas ideias e um exemplo. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257-278, jun. 2006.

FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência. **Obras completas**, v. 10. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Original publicado em 1912.

FREUD, Sigmund. A perda da realidade na neurose e na psicose. **Obras Completas**, v. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Original publicado em 1924.

FREUD, Sigmund. Contribuição à história do movimento psicanalítico. **Obras completas**, v. 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Original publicado em 1914.

FREUD, Sigmund. O inquietante. In: Freud, Sigmund. **Obras completas**, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Obra original publicada em 1919.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o Inconsciente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GONDAR, Jô. Ferenczi como pensador político. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 193-210, dez. 2012.

HOPPE, Sabrina Sarmento. O Desmentido na Escuta Psicanalítica das dissidências sexuais e de gênero. **Diaphora**, v. 12, n. 1, p. 58-63, jun 2023. Disponível em: <https://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/446/325>. Acesso em: 30 jul. 2024.

LAPLANCHE, Jean. PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. Tradução Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARTINS, Paula Gruman. O espaço da diferença: a psicanálise híbrida de Thamy Ayouch. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 25, n. 1, p. 246-250, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2022v25n1p246.14>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MINERBO, Marion. **Diálogos sobre a clínica psicanalítica**. São Paulo: Bluncher, 2016. 214 p.

MORENO, Maria Manuela Assunção; COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto. “Estar fora de si”: traumatismo precoce e a atualidade do conceito de desmentido. **Percursos: Revista de Psicanálise**, n. 51, p. 33-44, 2013.

PEREIRA, N. M; KESSLER, C. H. Reflexões acerca de um início: psicanálise e clínica na universidade. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte. Vol. 22, n. 2 (ago. 2016), p. 469-485, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v22n2/v22n2a13.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PRECIADO, Paul, B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ROSA, Miriam Debiuex; DOMINGUES, Eliane. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 180-188. 2010.

KESSLER, C. H. **A supervisão na clínica-escola**: o ato no limite do discurso. 2009. Tese de Doutorado em Psicologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17238>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.) **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 139 - 161.

SOUZA, Eloisio Moulin de. (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 76-105, 2013.

STONA, Jose. **O Cis no Divã**. Salvador: Editora Devires, 2021.

STONA, Jose. **Relações de Gênero e Escutas Clínicas**. Salvador: Editora Devires, 2020.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil da Colônia à atualidade. 4. ed. rev., atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Recebido em: 08/07/2025

Aceito em: 18/03/2026